

**CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR**

**DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET**

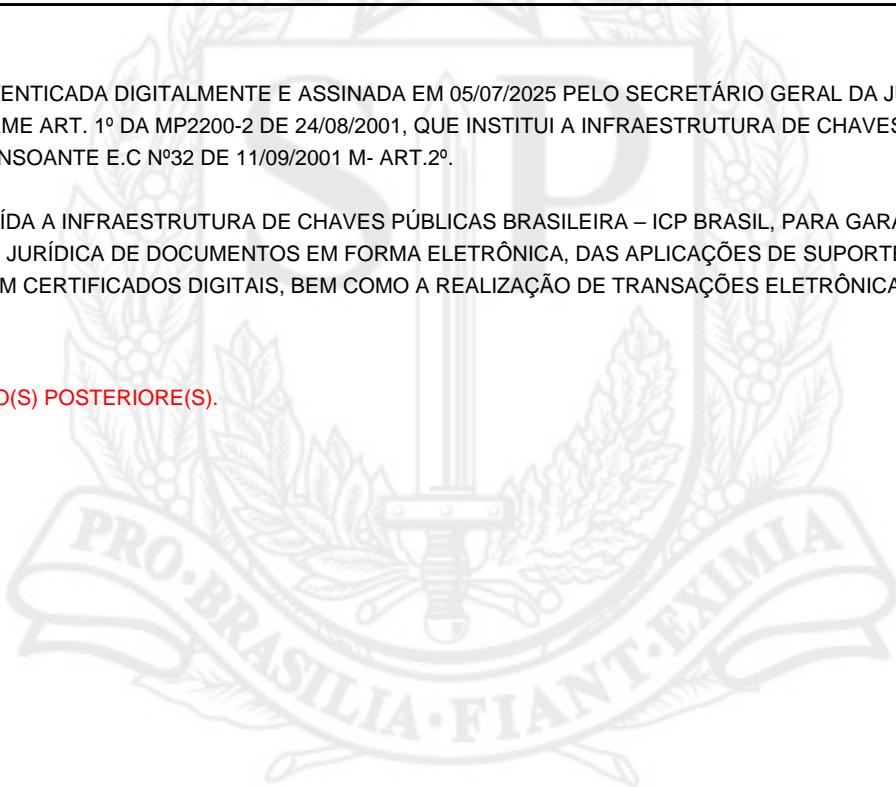
DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL LOGBRAS HORTOLANDIA EMPREEDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.		TIPO JURÍDICO SOCIEDADE POR AÇÕES	
NIRE 35300450957	CNPJ 14.813.401/0001-75	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 216.584/25-5	DATA DO ARQUIVAMENTO 30/06/2025

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 05/07/2025	HORA DE EXPEDIÇÃO 02:29:23	CÓDIGO DE CONTROLE 271474214
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO <a href="http://WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR">WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR</a>		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 05/07/2025 PELO SECRETÁRIO GERAL DA JUCESP – ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

EXISTE(M) ARQUIVAMENTO(S) POSTERIORE(S).





**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**  
 Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
 Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI  
 Secretaria de Desenvolvimento Econômico



ETIQUETA PROTOCOLO

**JUCESP PROTOCOLO**  
2.388.598/25-4

CONTROLE INTERNET  
034840165-5

**CAPA DO REQUERIMENTO**

**DADOS CADASTRAIS**

ATO Inclusão/Alteração de Integrantes;					
NOME EMPRESARIAL LOGBRAS HORTOLÂNDIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.				PORTE Normal	
LOGRADOURO Rua Casa do Ator		NÚMERO 559	COMPLEMENTO sala 08	CEP 04546-000	
MUNICÍPIO São Paulo		UF SP	TELEFONE	EMAIL	
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 0	CNPJ - SEDE 14.813.401/0001-75	NIRE - SEDE 3530045095-7			
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA NOME: RODRIGO SANTOS TOMAS (Procurador)			VALORES RECOLHIDOS DARE: R\$ 562,70 DARF: R\$ ,00		SEQ. DOC. 111 213
ASSINATURA:			DATA: 28/05/2025		

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

**PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)**

CARIMBO PROTOCOLO 	CARIMBO DISTRIBUIÇÃO	CARIMBO ANÁLISE 
-----------------------	----------------------	---------------------

**ANEXOS:**

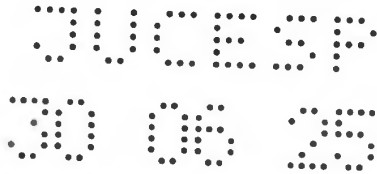
<input type="checkbox"/> DBE	<input type="checkbox"/> Documentos Pessoais
<input type="checkbox"/> Procuração	<input type="checkbox"/> Laudo de Avaliação
<input type="checkbox"/> Alvará Judicial	<input type="checkbox"/> Jornal
<input type="checkbox"/> Formal de Partilha	<input type="checkbox"/> Protocolo / Justificação
<input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial	<input type="checkbox"/> Certidão
<input type="checkbox"/> Outros	

ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO

**OBSERVAÇÕES:**

DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART.57, § 5º, DECRETO 1.800/96





JUCESP PROTOCOLO  
2.388.598/25-4



**LOGBRAS HORTOLÂNDIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.**

CNPJ nº 14.813.401/0001-75  
NIRE 35.300.450.957

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2025**



1. **DATA, HORA E LOCAL:** Em 30 de abril de 2025 às 16:00 hs, na sede social da Logbras Hortolândia Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), na Rua Casa do Ator, 559, sala 08, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04546-000.

2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Convocação encaminhada aos acionistas na forma e prazo previstos no Estatuto Social da Companhia. Dispensada a publicação de Editais de Convocação, conforme o disposto no Artigo 124, Parágrafo 4º, da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), em decorrência de estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas.

3. **MESA:** Presidente: Nerian Gussoni de Oliveira; Secretário: João da Cruz Mellão.

4. **PUBLICAÇÕES:** Em observância ao Artigo 133, da Lei das S.A e conforme permitido pelo Artigo 294 da Lei das S.A., regulamentado pela Portaria nº 12.071/21 do Ministério da Economia, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, foram divulgados na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED em 17 de março de 2025 -  
- Demonstrações Financeiras Logbras Hortolândia -  
<https://www.gov.br/centraldebalancos/#!/demonstracao-publicada/186703>.

5. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) as contas dos administradores e as demonstrações financeiras referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 ("Exercício 2024"); (ii) a proposta de destinação do resultado da Companhia no Exercício 2024; e (iii) a eleição e/ou reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

6. **DELIBERAÇÕES:** Os acionistas presentes discutiram as matérias da ordem do dia e foram tomadas as seguintes deliberações:

6.1. Por unanimidade de votos, aprovar sem ressalvas as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao Exercício 2024, conforme divulgadas nos termos do item 4 acima.

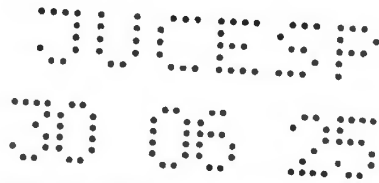
NG

JM

EB

Clicksign eb81e16a-8ac5-4c3e-91e9-9997f72a9bae

1



**6.2.** Por **unanimidade** de votos, **aprovar sem ressalvas** a destinação do prejuízo apurado no Exercício 2024, no valor de R\$ 845.460,04 (oitocentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta reais e quatro centavos), para a conta de prejuízos acumulados. Assim, o prejuízo do Exercício 2024 foi somado ao prejuízo acumulado dos exercícios anteriores, passando o prejuízo acumulado de R\$ 471.387,67 (quatrocentos e setenta e um mil, trezentos e oitenta e sete reais e sessenta e sete centavos) em 2023 para R\$ 1.316.847,71 (um milhão, trezentos e dezesseis mil, oitocentos e quarenta e sete reais e setenta e um centavos) em 2024 e, portanto, não há que se falar em lucros a distribuir aos acionistas da Companhia relativos ao Exercício 2024.

**6.2.1.** Em relação ao montante de R\$ 410.657,40 (quatrocentos e dez mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e quarenta centavos) registrado nas Demonstrações Financeiras em conta de dividendos a pagar, declarados à conta de lucros apurados pela Companhia em 2013, conforme deliberação da assembleia geral ordinária realizada em 09 de setembro de 2014, tendo em vista que referidos dividendos nunca foram pagos e o pagamento não seria condizente com o estágio atual da Companhia, por **unanimidade** de votos, **aprovar sem ressalvas** que a administração promova um estudo para comprovar que a reversão de referidos dividendos não resultará em perdas de eventuais benefícios fiscais por parte da Companhia e, se assim comprovado, a reversão dos dividendos deverá ser objeto de futura deliberação pela assembleia geral.

**6.3.** Por **unanimidade** de votos, **aprovar sem ressalvas** a reeleição dos atuais membros do Conselho de Administração, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025: (a) Sr. **Marcos Adolfo Tadeu Senamo Amaro**, brasileiro, casado, artista, portador da cédula de identidade RG nº 34.476.447-3 (SSP/SP), inscrito sob o CPF sob o nº 319.018.448-89, residente e domiciliado na Cidade de Lugano, Suíça, em Via Castausio 6, 6900, para ocupar o cargo de membro e Presidente do Conselho de Administração; (b) Sr. **João da Cruz Mellão**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 35.115.484 (SSP/SP), inscrito no CPF sob o nº 316.483.188-94, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Olímpíadas, 200, 10º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-000, para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração; e (c) Sra. **Ksenia Kogan Amaro**, russa, casada, pianista, portadora do RNE nº G4446673 - DF, inscrita no CPF sob o nº 241.521.468-00, residente e domiciliada na Cidade de Lugano, Suíça, em Via Castausio 6, 6900, para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração.

**6.3.1.** Com base nas informações recebidas pela administração da Companhia, nos termos da legislação aplicável, foi informado aos acionistas que os conselheiros ora eleitos estão em condições de firmar as declarações de desimpedimento mencionadas no Artigo 147, § 4º, da Lei das S.A., que ficarão arquivadas na sede da Companhia.

**6.3.2.** Os membros do Conselho de Administração ora eleitos serão investidos nos respectivos cargos mediante a assinatura dos termos de posse no livro próprio e da declaração de

NG

JM

EB

2

Clicksign eb81e16a-8ac5-4c3e-91e9-9997f72a9bae



desimpedimento, para os fins do Artigo 147 da Lei das S.A., no prazo de até 30 (trinta) dias contados da presente data.

6.4. Fazer constar que a administração da Companhia é remunerada conforme instrumento contratual arquivado na sede social.

7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta Ata, a qual depois de lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes.

São Paulo, 30 de abril de 2025.

Mesa:

**Nerian Gussoni de Oliveira**  
Presidente

**João da Cruz Mellão**  
Secretário

Acionistas:

**LOGBRAS PARTICIPAÇÕES E DESENVOLVIMENTO LOGÍSTICO S.A.**

**Nerian Gussoni de Oliveira**

**João da Cruz Mellão**

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES BRASIL DESENVOLVIMENTO  
DE PARQUES LOGÍSTICOS MULTIESTRATÉGIA**  
(por sua gestora Ulbrex Asset Management Ltda.)

*Eduardo Serur Bruni*



Clicksign eb81e16a-8ac5-4c3e-91e9-9997f72a9bae

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO - JUCESP

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO - JUCESP

*Aloizio Soares Junior*  
ALOIZIO E. SOARES JUNIOR  
SECRETÁRIO GERAL EM EXERCÍCIO

CERTIFICADO DE REGISTRO  
SOB O NÚMERO  
216.584/25-5

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO - JUCESP

*Aloizio Soares Junior*  
ALOIZIO E. SOARES JUNIOR  
SECRETÁRIO GERAL EM EXERCÍCIO

CERTIFICADO DE REGISTRO  
SOB O NÚMERO  
216.584/25-5

JUCESP 13 JUN 2025 SEDE



Certifico o registro sob o nº 216.584/25-5 em 30/06/2025 da empresa LOGBRAS HORTOLANDIA EMPREEDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A., NIRE nº 35300450957, protocolado sob o nº 2388598254. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/07/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 271474214. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br).

DEMONSTRAÇÃO

14.813.401/0001-75 - LOGBRAS HORTOLÂNDIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

Demonstrações Contábeis Completas (DCC)				
Data de Início	Data de Fim	Publicação	Consolidada	Origem
01/01/2024	31/12/2024	07/03/2025	Não	Upload
Título				Descrição
Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024				



**Logbras Hortolândia Empreendimentos  
Imobiliários S.A.**

**Demonstrações Financeiras**  
**31 de dezembro de 2024**  
com Relatório dos Auditores Independentes

ALF/KAVG/DS  
REL0150/2025

Certifico o registro sob o nº 216.584/25-5 em 30/06/2025 da empresa LOGBRAS HORTOLÂNDIA EMPREEDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A., NIRE nº 35300450957, protocolado sob o nº 2388598254. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/07/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 271474214. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br).

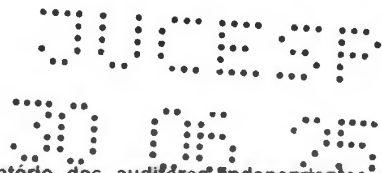
**LOGBRAS HORTOLÂNDIA EMPREEDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.**

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024

**Índice**

	.....3
<b>Demonstrações financeiras</b>	
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado.....	8
Demonstrações do resultado abrangente.....	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	12



## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos  
Administradores e acionistas da  
**Logbras Hortolândia Empreendimentos Imobiliários S.A.**  
São Paulo – SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Logbras Hortolândia Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Logbras Hortolândia Empreendimentos Imobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (Resolução CFC nº 1.255/09, NBC TG 1000 (R1)).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia avalia a possibilidade de desinvestimento do estoque de imóvel a comercializar ou desenvolvimento de parcerias para a elaboração de "Built-to-suit", não havendo qualquer proposta firme ou projeto em andamento até a data de emissão das demonstrações financeiras. Essa situação, indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



## Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

- A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (Resolução CFC nº 1.255/09, NBC TG 1000 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria a fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2025.

**Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.**  
CRC 2SP-031.269/O-1

  
**Alexandre De Labetta Filho**  
Contador CRC 1SP-182.396/O-2

  
**Kátia Batista Aguera Grillo da Silva**  
Contadora CRC 1SP-268.110/O-0



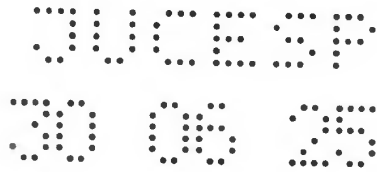
## Logbras Hortolândia Empreendimentos Imobiliários S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	2024	2023
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	59	232
Impostos a recuperar	-	2	89
Outros ativos	-	-	3
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>61</b>	<b>324</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Estoque de imóvel a comercializar	5	60.369	60.369
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>60.369</b>	<b>60.369</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>60.430</b>	<b>60.693</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Logbras Hortolândia Empreendimentos Imobiliários S.A.

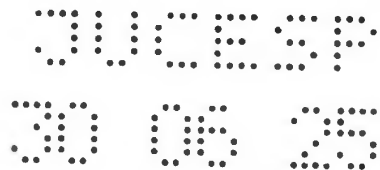
### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

#### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	2024	2023
<b>Passivo circulante</b>			
Contratos de mútuo - Partes Relacionadas	6 a	582	-
Obrigações tributárias	-	7	6
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>589</b>	<b>6</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Dividendos a pagar	6 b	410	410
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>410</b>	<b>410</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	7 a	60.747	60.747
Prejuízos acumulados	-	(1.316)	(470)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>59.431</b>	<b>60.277</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>60.430</b>	<b>60.693</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



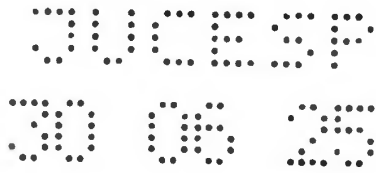
## Logbras Hortolândia Empreendimentos Imobiliários S.A.

### Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto o resultado por ação)

	Notas	2024	2023
<b>Despesas operacionais</b>			
Reversão de provisão / (provisão) para perda de estoque	5	-	869
Despesas administrativas	8	(630)	(792)
<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>(630)</b>	<b>77</b>
Despesas financeiras	9	(29)	(10)
Receitas financeiras	9	17	44
		<b>(12)</b>	<b>34</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(842)</b>	<b>111</b>
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	10	(4)	(12)
<b>Lucro líquido / (prejuízo) do exercício</b>		<b>(846)</b>	<b>99</b>
<b>Lucro líquido / (prejuízo) do exercício por ação (R\$)</b>		<b>(0,014)</b>	<b>0,002</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Logbras Hortolândia Empreendimentos Imobiliários S.A.

### Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	(846)	99
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(846)</b>	<b>99</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

JUCESP

30 de dez

Logbras Hortolândia Empreendimentos Imob

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2022	60.747	(8)
Lucro líquido do exercício	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	60.747	(4)
Prejuízo do exercício	-	(8)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	60.747	(12)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações



## Logbras Hortolândia Empreendimentos Imobiliários S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Resultado antes dos impostos	(842)	111
<b>Ajustes para conciliar o resultado a caixa líquido utilizado nas atividades operacionais</b> (Reversão de provisão) / provisão para perda de estoque	-	(800)
<b>Aumento / (redução) de ativos</b>		
Impostos a recuperar	87	(3)
Outros ativos	3	-
<b>Aumento / (redução) de passivos</b>		
Fornecedores	-	(5)
Obrigações tributárias	1	(23)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4)	(12)
<b>Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(755)</b>	<b>(801)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Contratos de mútuo - Partes Relacionadas	582	-
<b>Fluxo de caixa líquido originado das atividades de financiamento</b>	<b>582</b>	<b>-</b>
<b>Redução no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(173)</b>	<b>(801)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	232	1.033
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	59	232
<b>Redução no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(173)</b>	<b>(801)</b>

As notas explicativas de Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Logbras Hortolândia Empreendimentos Imobiliários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

### 1. Contexto operacional

A Logbras Hortolândia Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia" ou "Logbras Hortolândia") foi constituída em 20 de setembro de 2011 e tem como atividade predominante o desenvolvimento, a comercialização e a exploração de empreendimentos imobiliários próprios, podendo participar de outras sociedades como acionista ou quotista. A sede social da Companhia está localizada em São Paulo/SP.

A Companhia é proprietária de imóvel comercial situado na Avenida das Melissas, s/n, com área total de 403.344,93 m<sup>2</sup> (Matrículas nº 1.391, 4.131, 18.460, 24.158, 120.517, 132.818, 149.432 a 149.443, 168.652, 87.862 e 174.642 emitidas pelo Cartório de Registro de Imóveis de Sumaré - SP) – Município de Hortolândia - SP.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possuía nenhum contrato de arrendamento vigente. A Companhia avalia a possibilidade de desinvestimento do imóvel a comercializar ou o desenvolvimento de parcerias para a elaboração de "Built-to-suit".

### 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (Lei nº 6.604/76), incluindo as alterações promovidas pelas Lei nº 11.638/07 e nº 11.941/09, de acordo com a NBC TG 1000, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, através das Resoluções números 1.255/09, 1.285/10 e 1.319/10. Estes pronunciamentos foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), através do CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo das políticas contábeis materiais.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade de a Companhia dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

Todos os valores apresentados nessas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 14 de fevereiro de 2025.

### 3. Políticas contábeis materiais

#### 3.1 Uso de estimativas

As demonstrações financeiras são elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise da recuperabilidade dos Imóveis a comercializar e dos demais riscos para determinação de outras provisões.

As principais premissas relativas a fontes de Incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

- **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

- **Tributos**

A Companhia está sujeita no curso normal dos nossos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra a Companhia, seu desempenho pode ser adversamente afetado, independente do respectivo resultado final.

A Companhia é periodicamente fiscalizada por diferentes autoridades, incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias e ambientais. Não é possível garantir que estas autoridades não autuarão a Companhia, nem que estas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

### 3. Políticas contábeis materiais – Continuação

#### a) Uso de estimativas – Continuação

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas.

Se identificados tais indicativos, a Companhia ajusta suas estimativas refletindo as eventuais variações no resultado de cada exercício.

#### b) Apuração do resultado

As despesas são representadas basicamente por despesas administrativas e financeiras, as quais estão registradas pelo regime de competência.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e correção monetária as quais estão registradas pelo regime de competência.

#### c) Caixa e equivalentes de caixa

São classificados nesta rubrica os valores em caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das respectivas transações e com risco insignificante de mudança de seu valor. As aplicações financeiras denominadas como equivalentes de caixa são classificadas na categoria "Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado".

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros propósitos.

#### d) Estoque de imóvel a comercializar

O imóvel a comercializar é registrado pelos custos de construção ou aquisição, ou valor realizável, dos dois, o menor. O custo é formado por gastos com materiais, mão de obra aplicada, elaboração dos projetos gerados pelo seu correspondente contas a pagar.

A Companhia decidiu classificar o terreno adquirido em Hortolândia como imóvel a comercializar por ter a intenção de vender este empreendimento. A Companhia não possui perspectiva de construções neste imóvel em 2025 e nem de uma possível negociação "Built-to-suit". Assim, o saldo foi classificado como "Estoque de imóvel a comercializar" no ativo não circulante.

3. Políticas contábeis materiais -- Continuação

e) Perda por redução de valor recuperável de ativos não financeiro

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

f) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

g) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

h) Provisões para demandas judiciais

Provisão para demandas judiciais são contabilizadas quando as perdas forem avaliadas como prováveis pelos assessores legais da Companhia e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis não são provisionados, contudo, são divulgados, já aqueles avaliados como de perdas remotas não são provisionados, tampouco, divulgados.

i) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e contratos de mútuo com partes relacionadas.

### 3. Políticas contábeis materiais -- Continuação

#### i) Instrumentos financeiros -- Continuação

Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Atualmente, exceto pelo caixa e equivalente de caixa que são avaliados pelo valor justo por meio do resultado, os demais ativos financeiros que a Companhia possui instrumentos financeiros classificados como mensurado a custo amortizado. Os passivos financeiros que incluem financiamentos são classificados como passivos financeiros e mensurados a custo amortizado.

#### Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros.

##### i. Ativos financeiros a custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

##### ii. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Estes ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

#### Ativos financeiros não derivativos

##### i. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado uma vez que a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e vendas baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo destes ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

3. Políticas contábeis materiais – Continuação

i) Instrumentos financeiros – Continuação  
ii) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros não derivativos

I. Passivos financeiros registrados ao custo amortizado

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

J) Provisão para imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, pelas alíquotas regulares de 15% acrescidas de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social sobre o lucro.

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime tributário de lucro presumido.

k) Resultado por ação

O resultado por ação foi calculado de acordo com o artigo 187 – inciso VII da Lei nº 6.404/76, o qual exige que seja apresentado nas demonstrações do resultado, o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social (resultado dividido pela quantidade de ações em circulação na data-base das demonstrações financeiras).

l) Demonstrações do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (Resolução CFC nº 1.255/09, NBC TG 1000 (R1)).

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

m) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024 ou após

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos a serem aplicados pela primeira vez em 2024 e não identificou impactos em suas demonstrações financeiras e, decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda que não estejam vigentes. As práticas contábeis aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)), não sofreram alterações.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e bancos	1	1
Aplicações financeiras	58	231
	<u>59</u>	<u>232</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e aplicações financeiras. As aplicações referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), sendo resgatáveis em prazo inferior a 90 dias e com remuneração média de 100% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI), com liquidez diária, sem multas, restrições ou alterações no percentual de rentabilidade por resgate antecipado.

5. Estoque de imóvel a comercializar

	2024	2023
Terreno	53.867	53.867
Custo de legalização de terreno	1.980	1.980
Serviços prestados	1.926	1.926
Outros custos	2.596	2.596
	<u>60.369</u>	<u>60.369</u>

Sua movimentação pode ser assim apresentada:

Movimentação dos estoques	2024	2023
Saldo inicial em 1º de janeiro	60.369	59.800
(Provisão) / Reversão da provisão para perda de estoque	-	869
Saldo em 31 de dezembro	<u>60.369</u>	<u>60.369</u>

O valor do estoque de imóvel a comercializar é avaliado anualmente para fins de redução ao valor recuperável ("impairment"). A avaliação é efetuada através de laudos específicos preparados por especialistas do setor imobiliário - Colliers Internacional do Brasil e que levam em conta o valor de venda de mercado, deduzidos de custos de vendas. Foram utilizados os seguintes dados principais:

Técnica de valorização	Dados significativos não observáveis		Dados	
	Método comparativo direto		2024	2023
	Área total		403.344,93 m²	403.344,93 m²
	Interferência (estimada)		145.605,80 m²	145.605,80 m²
	Área homogeneizada		257.739,13 m²	257.739,13 m²
	Valor unitário de venda		R\$ 245,21/m²	R\$ 243,69/m²
Valor justo	(Em números redondos)		<u>R\$ 63.200</u>	<u>R\$ 62.808</u>

**6. Partes Relacionadas**

São efetuadas transações entre as empresas do Grupo Logbras de acordo com características próprias acordadas entre as partes as quais podem ser diferentes das condições usuais de mercado.

**a) Contratos de mútuo**

Referem-se as operações de empréstimos na forma de mútuos em conta corrente, com vencimento em até dois anos, acrescido de juros de 102% do CDI.

Passivo	2024
Logbras Cabreúva Empreendimentos Imobiliários S.A.	582
	<b>582</b>

**b) Dividendos a pagar**

Referem-se aos dividendos mínimos obrigatórios, propostos mediante aos lucros apurados de exercícios anteriores. A expectativa da Companhia é que esses dividendos sejam pagos no momento em que houver disponibilidade de caixa.

Passivo	2024	2023
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	287	287
Fundo de Investimento em Participações Brasil		
Desenvolvimento de Parques Logísticos Multiestratégia	123	123
	<b>410</b>	<b>410</b>

**c) Remuneração da diretoria**

O estatuto social da Companhia prevê remuneração para a sua Diretoria os quais são rateados entre as empresas do Grupo Logbras.

**7. Patrimônio líquido**

**a) Capital social**

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 60.747, composto por 60.747.871 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Acionista	%	R\$
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	70,00	42.522
Fundo de Investimento em Participações Brasil		
Desenvolvimento de Parques Logísticos Multiestratégia	30,00	18.225
	<b>100,00</b>	<b>60.747</b>

**b) Reserva legal**

Constituída a alíquota de 5% sobre o lucro líquido do exercício, até atingir o montante de 20% do capital social, de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas.

**c) Reserva de lucros**

O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, a Assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

7. Patrimônio líquido - Continuação

d) Destinação dos lucros

Conforme Estatuto Social, o lucro líquido terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral, depois de feita a dedução de 5% para a constituição da reserva legal, até o limite fixado em lei.

8. Despesas administrativas

	2024	2023
Conservação do imóvel	(417)	(264)
IPTU	(333)	(271)
Assistência jurídica	(41)	(27)
Serviços técnicos	(31)	(110)
Impostos e taxas	(6)	(18)
Outras despesas	(2)	(102)
	<b>(830)</b>	<b>(792)</b>

9. Receitas e despesas financeiras

	2024	2023
Rendimentos de aplicações financeiras	17	44
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>17</b>	<b>44</b>
Juros sobre mútuos	(29)	-
Juros e comissões passivas	-	(9)
Outras despesas	-	(1)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(29)</b>	<b>(10)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(12)</b>	<b>34</b>

10. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

**Conciliação das provisões de imposto de renda e contribuição social**

Regime de tributação - lucro presumido	2024	2023
<b>Receitas financeiras</b>	<b>17</b>	<b>44</b>
( x ) Alíquota fiscal vigente	34%	34%
(=) IRPJ (15%) e CSLL (9%)	(4)	(11)
(+) Adicional IRPJ	-	(1)
( = ) Provisão para IRPJ e CSLL	<b>(4)</b>	<b>(12)</b>

11. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não existiam processos de natureza legal, administrativas e cíveis, movidos contra a Companhia, cuja probabilidade de perdas fosse avaliada como prováveis e ou possíveis, conforme representado pelos consultores jurídicos e pela Administração.

## 12. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são descritos a seguir:

	2024	2023
<b>Ativo - custo amortizado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	59	232
	<b>59</b>	<b>232</b>
<b>Passivo - custo amortizado</b>		
Contrato de mútuo	582	-
Dividendos a pagar	110	410
	<b>992</b>	<b>410</b>

### Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como, contas a pagar com partes relacionadas, aplicações financeiras e caixa e bancos mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período.

### Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

### Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

### Operações com instrumentos derivativos

A Companhia não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

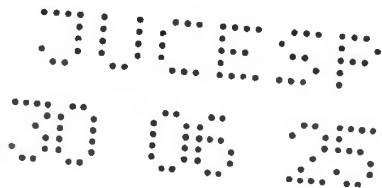
JUCESP  
30 06 25

## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular, **LOGBRAS HORTOLÂNDIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Casa do Ator, 559, sala 08, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04546-002 no CNPJ sob nº 14.813.401/0001-75, por seu representante legal abaixo assinado (denominada "Outorgante"), nomeia e constitui seus bastantes procuradores: **GISELE SANTOS DE GOUVEIA CHAGAS**, brasileira, casada, portadora do RG nº 34.965.498-0 e CPF nº 298.276.148-35; **RAFAELA DONELLI RODRIGUES DOS SANTOS**, brasileira, casada, portadora do RG nº 30.764.848-5 e CPF nº 286.861.638-07; **RODRIGO SANTOS TOMAS**, brasileiro, casado, portador do RG: 48.347.165-3 e CPF nº 228.132.038-31; **RENAN CUNHA RAMOS**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 50.881.597-6 e CPF nº 490.556.658-43; **RAFAEL CHAGAS**, brasileiro, casado, portador do RG nº 37.526.943-5 e CPF nº 438.513.568-10; **JÉSSICA BEZERRA DOS SANTOS ESTEVÃO**, brasileira, casada, portadora do RG nº 47.349.176-x e CPF nº 391.230.808-09; **MAURICIO MENDES MARTINS**, brasileiro, casado, portador do RG nº 28.884.726-X e CPF nº 309.405.388- 22; e **RENATA DONELLI**, brasileira, casada, portadora do RG nº 30.764.846-1 e CPF nº 259.299.368-11 (denominados "Outorgados"), integrantes do escritório **OPEN SERVIÇOS PARALEGAIS LTDA.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Amador Bueno da Veiga, nº 1230, 6º andar, sala 616, Penha, CEP 03636-100, com CNPJ sob o nº 28.321.259/0001-53, para isoladamente e independentemente da ordem de nomeação, representar a Outorgante perante as repartições e órgãos públicos federais, estaduais, municipais, juntas comerciais, cartórios, registro de imóveis, conselhos regionais e órgãos de classe, nos Estados e Cidades onde a Outorgante possui ou que venha a possuir estabelecimentos (matriz e filiais), bem como no Distrito Federal, com fins específicos para assinar requerimentos, formulários, petições, Documento Básico de Entrada – DBE, protocolar e acompanhar processos de inscrições, alterações e baixas de estabelecimentos, solicitar licenças, dar vistas, acompanhar e desarquivar processos, preencher e assinar guias e formulários, tais como Redarf, Ajuste de GPS, Realocação de Débitos, cadastrar/alterar senha on- line, solicitar processo eletrônico, solicitar, retirar Certidões Negativas e/ou Positivas de Débitos, solicitar pesquisas de situação fiscal e cadastral, retirar 2ªs vias de

898530v2

Clicksign 065d96c0-9ee8-4805-aae4-4ec5e908e267



documentos, preencher, protocolar e alterar Pedidos de Autorização para retificação do arquivo da EFD ICMS/IPI e tudo o que mais necessário for para o bom e fiel desempenho desse mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte. O presente mandato tem validade de 01 (um) ano a contar da data da assinatura.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2025.

**LOGBRAS HORTOLÂNDIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.,**

---

**Nerian Gussoni de Oliveira**

CPF: 151.946.018-08

---

**João da Cruz Mellão**

CPF: 316.483.188-94

898530v2

Clicksign 065d96c0-9ee8-4805-aae4-4ec5e908e267

JUCESP  
Declaração de Autenticidade

Eu **Rodrigo Santos Tomas**, com inscrição ativa no CRC/SP sob o nº **314892/O-0**, expedida em 30.10.2015, inscrito no CPF nº 228.132.038-31, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

Documentos apresentados:

Documentos apresentados:

1 – 1 (uma) cópia da Carteira Profissional – CRC do Sr. **RODRIGO SANTOS TOMAS** (1 página);

2 – 1 (uma) via da Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30.04.2025 da sociedade **Logbras Hortolândia Empreendimentos Imobiliários S.A.** (28 páginas); e

3 – 1 (uma) via da procuração outorgada pela sociedade **Logbras Hortolândia Empreendimentos Imobiliários S.A.** aos integrantes da Open Serviços Paralegais Ltda. (4 páginas).

São Paulo, 25 de junho de 2025.



**Rodrigo Santos Tomas**  
(contador)